

NO DESERTO. E SEM BÚSSOLA.

Jorge J. Okubaro

Você já deve ter visto num desses filmes classe C que costumam passar de madrugada em canais respeitáveis, ou no horário nobre em outros menos votados, que uma pessoa abandonada ou perdida no deserto, ao tomar o sol como referência, acaba andando em círculos irregulares e não consegue chegar a lugar nenhum. O governo Itamar Franco parece essa pessoa: perdido no deserto. Nem mesmo a posse de Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda, tão festejada por tantos há cinco meses, foi suficiente, vê-se agora, para oferecer uma bússola a esse governo desorientado.

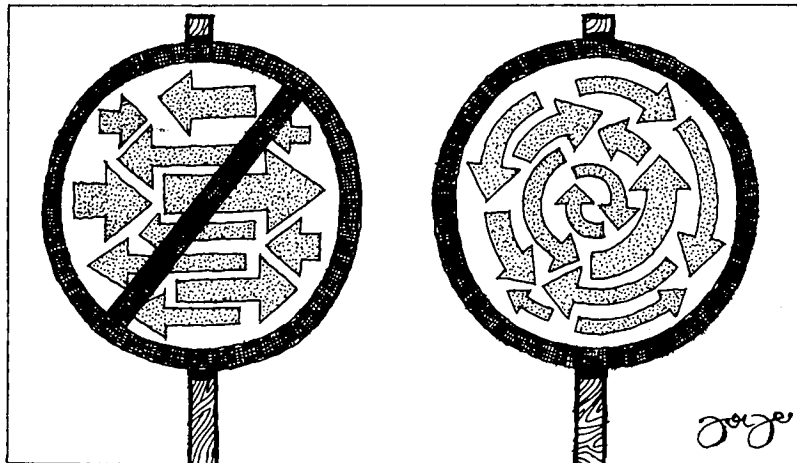
Treze meses e quatro ministros da Fazenda depois, o governo Itamar não conseguiu sair do lugar no que se refere ao maior de todos os problemas que encontrou: o da crise fiscal, isto é, o desequilíbrio entre despesas grandes demais e receitas insuficientes para cobri-las, mas, já pesadas demais para quem paga impostos.

E não foi por falta de tentativa. A última delas foi em junho, quando o ministro Fernando Henrique anunciou seu Programa de Ação Imediata. Parecia que finalmente

estava começando aquilo que se descrevia como "um choque no setor público", considerado indispensável e inadiável, pois é ali que está a raiz de alguns dos principais problemas da economia brasileira. O conjunto de providências listadas no programa justificava o otimismo de boa parte dos chamados agentes econômicos e dos formadores de opinião: lideranças empresariais, personalidades políticas, imprensa.

O programa anunciado por Fernando Henrique, de fato, incluía medidas destinadas a fechar os "grandes ralos da República", expressão que o ministro criou para descrever os focos de desperdício de dinheiro público. Falava, por exemplo, em controle das empresas estatais e dos bancos federais, renegociação da dívida dos Estados e dos municípios com a União e, como medida para colocação em prática imediata, a revisão do orçamento de 1993.

Muitas coisas precisavam ser detalhadas e/ou complementadas por outras medidas do governo, mas, naquilo que podia ser feito de imediato, o governo mostrou determinação: reviu rapidamente o orçamento em vigor. Era uma medida indispensável, pois o orça-



mento fora aprovado de maneira inusitada, para dizer o mínimo (só foi votado no final de março, quando o prazo máximo que o Congresso tinha para fazê-lo era dezembro do ano passado), e nas circunstâncias que só agora o grande público vai conhecendo, com os trabalhos da CPI do Orçamento.

Refazendo

As medidas complementares não foram providenciadas e mesmo aquilo que se fez com presteza terá de ser refeito, pois, pelo visto, não se fez o suficiente. Da longa reunião da semana passada do pre-

sidente Itamar Franco com os ministros da área econômica, esperavam-se decisões essenciais para a definição dos novos rumos da política econômica, sobretudo no que se refere à aceleração do programa de privatização e ao ajuste das contas públicas. Mas das poucas coisas decididas, uma foi... rever o orçamento deste ano.

Nem tudo, porém, foi ruim na reunião. Não se aprovou, por exemplo, a criação de um alíquota de 35% para o Imposto de Renda das pessoas físicas, cujo anúncio por fonte da equipe econômica provocou reações iradas de especialistas e de contribuintes em ge-

ral. Pelo menos desta vez não avançaram diretamente no nosso bolso. O avanço virá de maneira indireta, com mudanças na tributação sobre as aplicações financeiras.

A principal marca da reunião, no entanto, foi a indecisão, pois o presidente Itamar Franco só aceitava medidas que tivessem a aprovação de todos os presentes. Que medida importante na área econômica poderá ser aprovada tanto por Fernando Henrique, Paulino Cícero, Maurício Corrêa, Walter Barelli, Roberto Freire e José Eduardo de Andrade Vieira?

Pode-se alegar que a reunião não foi tão ruim assim, tanto que as bolsas de valores comemoraram com grandes altas (o Índice Bovespa subiu 10,9% na sexta-feira). Gente experiente do mercado, porém, prefere buscar explicações para as grandes oscilações da bolsa na semana passada (na quinta-feira, o Índice Bovespa despencou 9,4%) não na crise política, mas num fato interno do mercado acionário, isto é, no vencimento de opções na segunda-feira, que produziu um volume recorde de negócios, mas cujas consequências se estenderam por vários pregões consecutivos.

O título mais otimista para o no-

ticiário da reunião ministerial da semana passada foi dado pelo jornal **Gazeta Mercantil**: "Itamar apóia privatização e ajuste fiscal". Realmente, em nota oficial, o Palácio do Planalto informou que o presidente aprova "as linhas gerais da revisão do programa de privatização" e quer que o Ministério da Fazenda reveja o orçamento deste ano e faça os ajustes necessários, para equilibrar o orçamento de 1994. Mas o anúncio de que o governo apóia a privatização e o ajuste fiscal não quer dizer grande coisa nesta altura da caminhada, pois ele já fazia há muito tempo. Desde seu início.

Desorientado feito a pessoa abandonada no deserto, pelo menos o governo parece ter conseguido retornar ao ponto inicial. Dá para começar tudo de novo, quem sabe percorrendo o caminho certo desta vez. Pena que já tenha perdido exatamente metade do tempo de que dispunha para fazer isso, tempo que, mesmo preenchido de maneira correta, muitos consideravam insuficiente para o tamanho da tarefa a cumprir. Por isso, não será estranho se alguém começar a achar que já é tarde demais para recomeçar.